

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar  
Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0073-31  
**Demonstrações Financeiras**

<b>Balço patrimonial</b>				<b>Demonstração do resultado</b>			
<b>Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais</b>				<b>Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais</b>			
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2.022</b>	<b>2.021</b>	<b>Receitas Operacionais</b>	<b>Nota</b>	<b>2.022</b>	<b>2.021</b>
<b>Circulante</b>				<b>Sem restrição</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.000	2.565	Receita com serviços voluntários		21.297	24.259
Contas de receber de clientes	6	7.381.499	2.128.202	Com restrição			
Estoques	7	2.060.241	3.129.600	Receitas com subvenções - custeio	20	71.980.043	84.083.202
Adiantamentos a funcionários		164.535	189.107	Receitas com subvenções - investimento	9b	2.371.771	1.535.826
Adiantamentos a fornecedores		-	21.746	Outras receitas		832.469	835.104
Impostos a recuperar		21.450	21.450	Doações		49.100	3.213.367
Outros ativos circulantes		76.567	91.356			75.233.383	89.667.499
		<b>9.707.292</b>	<b>5.584.026</b>	<b>Total das Receitas</b>		<b>75.254.680</b>	<b>89.691.758</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>Custos e Despesas Operacionais</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Despesas com pessoal	21	(31.132.966)	(32.549.222)
Partes relacionadas	15	17.119.467	28.789.886	Serviços de terceiros	22	(23.748.301)	(23.446.079)
Depósitos judiciais	8	925.215	925.347	Drogas, medicamentos e materiais	24	(14.964.422)	(17.392.123)
		<b>18.044.682</b>	<b>29.715.233</b>	Custo/Receitas partes relacionadas	23	(3.555.050)	(4.227.900)
Imobilizado, líquido	9	4.312.508	2.231.140	Depreciações e amortizações	9b	(2.144.793)	(1.535.826)
		<b>22.357.190</b>	<b>31.946.373</b>	Energia elétrica, água e telefonia		(1.690.707)	(1.481.674)
<b>Total do Ativo</b>		<b>32.064.482</b>	<b>37.530.399</b>	Manutenção, conservação e limpeza		(1.290.549)	(1.416.168)
				Locações		(171.785)	(177.712)
<b>Passivo e patrimônio líquido negativo</b>				Viagens e estadias		(362.267)	(97.412)
<b>Circulante</b>				Impostos, taxas e contribuições		(2.852)	(3.319)
Fornecedores	10	1.677.227	1.564.096	Frete e remoções de pacientes		(12.581)	(11.952)
Honorários médicos a pagar	11	1.707.160	1.310.465	Outros custos indiretos		(977.991)	(645.714)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	10.756.930	6.266.180			<b>(80.054.264)</b>	<b>(82.985.101)</b>
Obrigações fiscais	13	4.899.411	4.648.878	(Despesa) reversão com provisões para contingência	19	-	139.940
Parcelamento de Impostos	14	229.942	172.482	(Despesas) reversão com provisão para crédito de liquidação duvidosa	6b	5.253.297	(1.526.475)
Partes relacionadas	15	367.072	2.185.672	(Despesas) receitas financeiras, líquidas	25	(275.901)	(308.405)
Receitas diferidas	16	9.640.733	11.088.878	Despesas com serviços voluntários		(21.297)	(24.259)
Adiantamento de cliente	17	-	7.845.544			<b>4.956.099</b>	<b>(1.719.199)</b>
Outros passivos circulanres		143.405	238.454	<b>Total das Despesas</b>		<b>(75.098.165)</b>	<b>(84.704.300)</b>
		<b>29.421.880</b>	<b>35.320.649</b>	<b>Superávit dos Exercícios</b>		<b>156.515</b>	<b>4.987.458</b>
<b>Não Circulante</b>							
<b>Exigível a longo prazo</b>				<b>Demonstração do resultado abrangente</b>			
Parcelamento de Impostos	14	669.008	781.708	<b>Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais</b>			
Provisão para descontinuidade	18	3.465.325	3.076.288			<b>2.022</b>	<b>2.021</b>
Provisão para contingências	19	31.120	31.120	<b>Superávit dos Exercícios</b>		<b>156.515</b>	<b>4.987.458</b>
		<b>4.165.453</b>	<b>3.889.116</b>	Outros resultado abrangentes		-	-
<b>Patrimônio Líquido Negativo</b>				<b>Resultado Abrangente dos Exercícios</b>		<b>156.515</b>	<b>4.987.458</b>
Patrimônio social negativo		(1.679.366)	(6.666.824)				
Superávit dos exercícios		156.515	4.987.458	<b>Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto</b>			
		<b>(1.522.851)</b>	<b>(1.679.366)</b>	<b>Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais</b>			
<b>Total do Passivo</b>		<b>32.064.482</b>	<b>37.530.399</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>2.022</b>	<b>2.021</b>
				<b>Superávit dos exercícios</b>		<b>156.515</b>	<b>4.987.458</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo</b>				Ajustado por:			
<b>Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais</b>				Depreciação e amortização		2.144.793	1.535.826
				Realização de subvenções do ativo imobilizado		(2.371.771)	(1.535.826)
				(Reversão) constituição de provisão para contingência		-	(139.940)
				<b>(Déficit) Superávit dos exercícios ajustado</b>		<b>(70.463)</b>	<b>4.847.518</b>
				<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
				Contas a receber de clientes		(5.253.297)	133.144
				Estoques		1.069.359	(714.939)
				Adiantamentos a funcionários		24.572	99.766
				Adiantamentos a fornecedores		21.746	(185.926)
				Impostos a recuperar		-	(10.017)
				Outros ativos circulantes		14.789	232.193
				Depósitos judiciais		132	28.776
				Fornecedores		113.131	372.997
				Honorários Médicos a pagar		396.695	1.310.465
				Obrigações sociais e trabalhistas		4.490.750	2.104.949
				Obrigações fiscais		250.533	(569.117)
				Parcelamentos de impostos		(55.240)	200.952
				Provisão para descontinuidade		389.037	122.413
				Receitas diferidas		(1.448.145)	(2.004.158)
				Adiantamentos de clientes		(7.845.544)	7.845.544
				Outros passivos		(159.690)	341.147
				<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(7.991.172)</b>	<b>9.308.189</b>
				<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
				Aquisições de imobilizado e intangível		(1.854.390)	5.978.297
				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.854.390)</b>	<b>5.978.297</b>
				Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
				Empréstimos pagos - partes relacionadas		9.851.819	(20.155.291)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		9.851.819	(20.155.291)
				<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(64.206)</b>	<b>(21.287)</b>
				<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>			
				No início do exercício		2.565	23.852
				No fim do exercício		3.000	2.565
				<b>Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>435</b>	<b>(21.287)</b>

**1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** A Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, com atividade na área da saúde, educação e assistência social, com seu foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 1.967, com título de Utilidade Pública Federal, conforme decreto nº 71.038 de 1.972, e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social em 13/05/1.968 - nº 0000249629/67-70. Tem como finalidade estatutária, conforme art. 3º: I. Prestar e promover a assistência à saúde, serviços médico-hospitalares, prontos-socorros, pronto atendimentos, serviços de emergência, serviços auxiliares em saúde, tanto em regime de internação quanto ambulatorial, a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso ou opinião política. II. Prestar e promover a assistência à educação em todos os níveis, creches, básico, profissionalizante, técnico e universitário a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso ou opinião política. III. Prestar assistência social por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), Centros de Convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, idosos e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. IV. Desenvolver, direta ou indiretamente, a educação e a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, em seus estabelecimentos próprios e ainda por meio de convênios, credenciamentos, termo de colaboração, termo de fomento e congêneres, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da educação e da saúde. V. Levantar a efeito, dentro de suas possibilidades, atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. VI. Promover, realizar ou contribuir, por meios próprios ou em parceria com terceiros, com campanhas que tenham por objetivo ações de promoção, prevenção, precaução e proteção da Saúde. VII. Criar e divulgar indicadores de saúde que possam referenciar a melhor qualificação de seus propósitos, conforme previsto neste estatuto. VIII. Atuar junto a comunidades e órgãos de interesse social para divulgar seu conhecimento e experiência para fins de fortalecer e qualificar os agentes do mercado de saúde. Quanto às suas finalidades, conforme prevê o art. 4º do Estatuto, a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I. Educacionais em formação escolar, em todos os níveis, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II. Prestar serviços em administração escolar e universitária, hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração e gestão operacional propriamente dita, e outros serviços de saúde a entidades congêneres ou não, e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados, inclusive com o patrocínio e desenvolvimento direto e indireto de pesquisas científicas. III. Promover, coordenar e organizar congressos,

simpósios e jornadas específicas na área da saúde. IV. Celebrar e cumprir contratos de gestão, termos de fomento, termos de cooperação, acordos de cooperação, convênios e parcerias com o Poder Público ou iniciativa privada, para a gestão e/ou administração de estabelecimentos de saúde, recebendo recursos financeiros e, eventualmente, bens públicos ou particulares. V. Divulgar seu conhecimento técnico e científico através de meios de comunicação de qualquer natureza. VI. Participar, apoiar e promover associações de classe e sindicatos que representem seus interesses, notadamente os setores de saúde e educação. VII. Adquirir novas tecnologias, equipamentos hospitalares, softwares e afins, para as áreas de saúde e educação, de origem nacional ou importado, para melhor atender os usuários de seus serviços. • **Atividade de Saúde:** Fundamentada em seu Estatuto Social, a Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar tem por objetivo prestar assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Encerramento do Contrato de Gestão - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA. Em 8 de setembro de 2.022, foi assinado, o 20º Termo de Aditivo ao

continua >

contrato de gestão nº 001/SESPA/2.017, processo 2.022/1022726, nesse instrumento teve como objetivo a prorrogação da vigência contratual pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, iniciando em 17 de setembro de 2.022 e finalizando em 15 de março de 2.023. Em 7 de março de 2.023, foi assinado, o 21º Termo de Aditivo, do respectivo contrato de gestão, o presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência contratual pelo prazo de até 30 (trinta) dias, iniciando em 16 de março de 2.023 e finalizando em 14 de abril de 2.023. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2.002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 23 de março de 2.023. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentam risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: ● Nota 6 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa; ● Nota 9 - Depreciação e amortização do imobilizado e intangível; ● Nota 18 - Provisão para descon-tinuidade; e ● Nota 19 - Provisão para contingência. **3. "Operação S.O.S." E Seus Reflexos:** Como é de conhecimento público, desde 2.018, encontram-se em andamento investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro ("MPF"), no contexto da chamada operação "S.O.S.". As referidas investigações envolvem uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas da unidade do estado do Rio de Janeiro; não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes:** ● **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. ● **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. ● **Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. ● **Imobilizado:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. ● **Intangível:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Receita diferida:** As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - custeio:** As receitas diferidas de custeio correspondem aos valores dos gastos mensais relativo ao contrato de gestão pactuado, e são apropriadas ao resultado do exercício quando existe uma despesa correspondente. **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de

## 9. Imobilizado, líquido

### a) Composição

Itens	2.022		2.021	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Aparelhos médicos e cirúrgicos	17.431.868	(3.497.204)	13.934.664	7.304.363
Benfeitorias	7.501.618	(1.386.887)	6.114.731	6.414.796
Equipito processamento de dados	928.558	(654.055)	274.503	171.364
Equipamento telefônico	36.057	(33.970)	2.087	2.994
Instalações	276.063	(145.990)	130.073	149.347
Instrumentais de médicos e hosp.	489.049	(381.219)	107.830	140.966
Máquinas e equiptos de escritório	354.869	(328.834)	26.035	37.130
Máquinas e equiptos hospitalares	2.862.764	(2.705.691)	157.073	195.938
Móveis e utensílios de escritório	1.752.464	(478.917)	1.273.547	408.589
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	2.800
Imobilizações em andamento	10.201.844	-	10.201.844	8.423.359
(-) Subvenções a realizar	(27.909.879)	-	(27.909.879)	(21.020.506)
<b>Total imobilizado</b>	<b>13.925.275</b>	<b>(9.612.767)</b>	<b>4.312.508</b>	<b>2.231.140</b>
Direitos de uso de software	243.334	(243.334)	-	-
<b>Total intangível</b>	<b>243.334</b>	<b>(243.334)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

\*As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com a conclusão das obras previstas para o exercício de 2.023.

imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** ● **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. ● **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

## 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.022	2.021
Fundo fixo	3.000	2.565
	<b>3.000</b>	<b>2.565</b>

## 6. Contas a Receber

Descrição	2.022	2.021
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	7.381.499	7.381.499
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	-	(5.253.297)
	<b>7.381.499</b>	<b>2.128.202</b>

(a) **Secretaria Executiva de Saúde Pública:** As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. (b) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Em 2.021, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face aos valores a receber, vencidos acima de 360 dias, no montante de R\$ 1.526.475, totalizando nesse ano o valor de R\$ 5.253.297. Em 2.022, foi revertida a totalidade da provisão, em virtude de os créditos vencidos serem judicializados em regime de execução "DEA", alterando o perfil da dívida em provável perda, para provável ganho de causa e recebimento destes recursos. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.022	2.021
Saldo em 1º de janeiro	(5.253.297)	(3.726.822)
(Complemento) reversão de provisão	5.253.297	(1.526.475)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>-</b>	<b>(5.253.297)</b>

## 7. Estoques

Descrição	2.022	2.021
Fios cirúrgicos	23.337	25.255
Dieta parenteral e enteral	30.705	86.439
Materiais de hemodiálise e dialise peritoneal	134.585	171.328
Materiais de laboratórios	60.405	144.647
Materiais hospitalares de consumo	581.651	847.492
Gases medicinais	37.386	79.126
Materiais de radiologia	58.067	34.774
Materiais hospitalares de reposição	187.428	257.136
Medicamentos	446.588	832.966
Materiais de lavanderia, higiene e limpeza	88.233	104.735
Materiais de expediente e impressos	59.855	83.076
Outros	352.001	462.626
	<b>2.060.241</b>	<b>3.129.600</b>

## 8. Depósitos Judiciais

Descrição	2.022	2.021
Cobrança judicial	481.316	481.448
Ações cível diversas	443.899	443.899
	<b>925.215</b>	<b>925.347</b>

Os depósitos judiciais estão representados por ações de cobrança judicial e processos cíveis, ainda em trâmites na justiça, e para os quais ainda cabem recursos da Pró-Saúde.

b) Movimentação					
Itens	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
<b>Imobilizado</b>					
Aparelhos médicos e cirúrgicos	9.955.057	7.476.811	-	-	17.431.868
Benfeitorias	7.501.618	-	-	-	7.501.618
Equipamento de proc. de dados	731.088	197.445	(1.976)	2.000	928.557
Equipamento telefônico	36.057	-	-	-	36.057
Instalações	276.063	-	-	-	276.063
Instrumentais de médicos e hosp.	489.049	-	-	-	489.049
Máquinas e equiptos de escritório	354.869	-	-	-	354.869
Máquinas e equiptos hospitalares	2.191.585	561.174	-	110.005	2.862.764
Móveis e utensílios de escritório	760.049	1.242.177	(137.757)	(112.005)	1.752.464
Adiantamento a fornecedores	2.800	9.170.630	(9.173.430)	-	-
Imobilizações em andamento	8.423.359	2.138.485	(360.000)	-	10.201.844
(-) Subvenções a realizar *	(21.020.506)	(9.261.144)	2.371.771	-	(27.909.879)
(-) Depreciação **	(7.469.948)	(2.144.793)	1.975	-	(9.612.767)
	<b>2.231.140</b>	<b>9.380.785</b>	<b>(7.299.416)</b>	-	<b>4.312.508</b>
<b>Intangível</b>					
Direitos de uso de software	243.334	-	-	-	243.334
(-) Amortizações **	(243.334)	-	-	-	(243.334)
	-	-	-	-	-

\*As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante o valor correspondente a depreciação do bem. No exercício de 2.022 montou a R\$ 2.371.771 (Em 2.021 - R\$ 1.535.826). \*\*As despesas com depreciação e amortização, apuradas conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2.022 montou a R\$ 2.144.793 (Em 2.021 - R\$ 1.535.826).

**c) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%
Benfeitorias	4,0%
Equipamento de processamento de dados	20,0%
Equipamento telefônico	10,0%
Instalações	10,0%
Instrumento de medicina e cirurgia	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

**10. Fornecedores**

Descrição	2.022	2.021
Materiais e medicamentos	712.470	690.089
Imobilizado	-	22.840
Serviços tomados de pessoa jurídica	964.757	851.167
	<b>1.677.227</b>	<b>1.564.096</b>

**11. Honorários Médicos a Pagar**

Descrição	2.022	2.021
Serviços tomados de pessoa jurídica	1.707.160	1.310.465
	<b>1.707.160</b>	<b>1.310.465</b>

**12. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Descrição	2.022	2.021
Salários, ordenados e rescisões	1.635.129	1.389.999
Provisão para dissídio coletivo (a)	6.370.958	2.135.194
FGTS	211.605	206.642
INSS	97.885	61.422
Provisão de férias e encargos	2.418.788	2.447.369
Outras	22.565	25.554
	<b>10.756.930</b>	<b>6.266.180</b>

**(a) Provisão para dissídio coletivo:** Em 31 de dezembro de 2.022 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSMA - Sindicato dos Empregados em Estabelecimento e Serviços da Rede Privada de Saúde das Regiões Sul e Sudeste do Pará, considerando o percentual de reajuste de 10,42% referente ao período setembro/2.021 a agosto/2.022 e 8,33% referente ao período setembro/2.022 a dezembro/2.022. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 3,80% referente ao período maio de 2.021 a abril de 2.022 e 10% referente ao período maio de 2.022 a dezembro de 2.022. Sindicato dos Médicos do Pará, considerando o percentual de reajuste de 5% referente ao período maio de 2.021 a abril de 2.022 e 8,83% referente ao período maio de 2.022 a dezembro de 2.022.

**13. Obrigações Fiscais**

Descrição	2.022	2.021
Imposto de renda retido na fonte	1.051.345	1.175.205
Imposto sobre serviços retidos na fonte	84.394	76.004
Pis, COFINS e CSLL retidos na fonte	3.763.327	3.397.669
	<b>4.899.411</b>	<b>4.648.878</b>

**14. Parcelamentos de Impostos**

Descrição	2.022	2.021
Parcelamento tributos Federais PERT - Lei 13.496/17		
Curto prazo	229.942	172.482
Longo prazo	669.008	781.708
	<b>898.950</b>	<b>954.190</b>

Em novembro de 2.017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496/17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2.027.

**15. Partes Relacionadas**

Descrição	2.022	2.021
<b>Ativo circulante</b>		
<i>Empréstimos de materiais e medicamentos (a)</i>		
Hospital de Altamira	527	-
Hospital de Santarém	89.511	122.792
Hospital de Metropolitanano	209.059	-
<i>Empréstimos financeiros (b)</i>		
Sede Administrativa	16.820.370	28.667.094
	<b>17.119.467</b>	<b>28.789.886</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<i>Empréstimos de materiais, medicamentos e financeiros (b)</i>		
Hospital de Santarém	-	1.570.410
Hospital de Metropolitanano	-	6.000
<i>Serviços corporativos compartilhados (c)</i>		
Sede Administrativa	367.072	609.262
	<b>367.072</b>	<b>2.185.672</b>

**(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos:** Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. **(b) - Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. **(c) - Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **16. Receitas Diferidas:** Todos os contratos e aditivos foram celebrados junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à execução de obras de ampliação, aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade e custeios extraordinários ao contrato de gestão principal.

Descrição	2.022	2.021
Receitas diferidas com investimento	7.494.732	6.341.377
Receitas diferidas com investimento a receber	817.669	817.669
Receitas diferidas com COVID-19	1.328.332	3.929.831
	<b>9.640.733</b>	<b>11.088.878</b>

A movimentação no exercício foi à seguinte:

Descrição	2.022	2.021
Saldo inicial	11.088.878	13.093.036
(+) Subvenção para custeio	-	24.816.805
(+) Subvenção para investimento	1.153.355	7.327.466
(-) Baixas e realizações	(2.601.500)	(34.148.429)
	<b>9.640.733</b>	<b>11.088.878</b>

**17. Adiantamento de Clientes:** Corresponde ao valor recebido a maior em 2.017 na transição do contrato nº 034/2012 para o contrato nº 001/2017.

**18. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão do exercício foi à seguinte:

Descrição	2.022	2.021
Saldo inicial	<b>3.076.288</b>	<b>2.953.875</b>
Adições (Nota 20 - despesa com pessoal)	730.263	726.127
Baixas por rescisões de contratos	(341.226)	(603.714)
	<b>3.465.325</b>	<b>3.076.288</b>

**19. Provisão para Contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.022	2.021
Trabalhistas	31.120	31.120
	<b>31.120</b>	<b>31.120</b>

No exercício de 2.022, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes entende que não há necessidade de constituir provisão complementar para os processos em andamento. **20. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeios referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeios dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.022 montou a R\$ 71.980.043 (Em 2.021 - R\$ 84.083.202). Desse montante em 2.021 o valor de R\$ 18.346.478 correspondeu a aditivos pactuados referente a pandemia Covid-19.

**21. Despesas com Pessoal**

Descrição	2.022	2.021
Salários e ordenados	(20.052.253)	(17.639.361)
Insalubridade	(1.632.023)	(2.519.751)
Horas extras e adicionais	(1.543.501)	(2.200.236)
Horas extras sobre aviso	(296.726)	(267.708)
Décimo terceiro salário	(1.711.552)	(2.024.221)
Indenizações	(119.190)	(1.665.303)
Férias	(2.428.210)	(2.755.493)
FGTS	(2.265.506)	(2.140.150)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(730.263)	(726.127)
Contribuição patronal ao INSS	(6.706.920)	(6.973.424)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	6.706.920	6.973.424
PIS	(241.257)	(250.842)
(-) Isenção do PIS	241.257	250.842
Outras despesas com pessoal	(353.742)	(610.872)
	<b>(31.132.966)</b>	<b>(32.549.222)</b>

continuação

**22. Serviços de Terceiros**

Descrição	2.022	2.021
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(20.316.096)	(20.653.155)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(3.432.205)	(2.792.924)
<b>Total</b>	<b>(23.748.301)</b>	<b>(23.446.079)</b>

**23. Custo Corporativo Compartilhado:** Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

Descrição	2.022	2.021
Custo corporativo compartilhado	(3.555.050)	(4.227.900)
<b>Total</b>	<b>(3.555.050)</b>	<b>(4.227.900)</b>

**24. Drogas Materiais e Medicamentos**

Descrição	2.022	2.021
Dieta enteral e parenteral	(511.738)	(624.956)
Medicamentos	(3.231.178)	(5.071.507)
Órtese e prótese	(1.786.257)	(449.289)
Materiais de laboratório	(497.831)	(806.841)
Materiais hospitalares de consumo	(3.574.204)	(5.328.847)
Materiais de banco de sangue/ agência transfusional	(45.671)	(39.291)
Gases medicinais	(589.126)	(652.346)
Gêneros alimentícios	(1.230.078)	(1.168.734)
Materiais de limpeza e lavanderia	(589.126)	(682.834)
Materiais de manutenção e reposição	(777.025)	(781.541)
Filmes radiológicos	(373.579)	(126.453)
Materiais para hemodiálise	(863.570)	(526.025)
Fios cirúrgicos	(56.570)	(33.946)
Materiais de expedientes e impressos	(344.628)	(305.141)
Uniformes e enxovais	(168.392)	(214.243)
Outros	(325.449)	(580.129)
<b>Total</b>	<b>(14.964.422)</b>	<b>(17.392.123)</b>

**25. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.022	2.021
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.000	2.565
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	7.381.499	2.128.202
Partes relacionadas a receber	17.119.467	28.789.886
<b>Total</b>	<b>24.503.966</b>	<b>30.920.653</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.677.227	1.564.096
Honorários médicos	1.707.160	1.310.465
Partes relacionadas a pagar	367.072	2.185.672
<b>Total</b>	<b>3.751.459</b>	<b>5.260.247</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **26. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2.016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2.015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2.017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2.016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2.017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2.019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2.015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 26 de agosto de 2.020, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 796 de 25 de agosto de 2.020 que cancela a Portaria nº 2.187 e revoga a Portaria nº 1.273/17. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR nº 25000.110426/2.012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2.018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2.018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2.018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de n.º 5008909-61.2.017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2.019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2.012-43), este ainda

**Dom Carmo João Rhoden** - Presidente; **David Martins Ferreira** - Diretor Corporativo Financeiro; **Valdemir Fernille Girato** - Diretor Hospitalar; **Benjamim Ferreira de Sousa Neto** - Diretor Administrativo Financeiro; **Othílio Garcia Praia Junior** - Contador do Hospital - CRC: 1PA 020.240/O-3; **Douglas Alves Ramos** - Gerente Corporativo Contábil - CRC: 1SP 288.494/O-3 "S" - PA

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA. Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evi-

aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 20/08/2.020 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 794, de 25 de agosto de 2.020 que defere, sub judice, a Renovação do CEBAS relativo ao triênio de 2.013 a 2.015. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2.006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2.011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2.013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2.018, publicada no DOU em 19.06.2.018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2.019, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de n.º 1.103, de 19.07.2.018, publicada no DOU em 23.07.2.018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2.015-61. Em 24/07/2.018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2.018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Em 02/07/2.021 foi protocolado novo requerimento de renovação, no Sistema de Certificação das Entidades de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.100840/2.021-35 relativo ao triênio 2.022 a 2.024. Em 21 de setembro de 2.022 foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 625 de 19 de setembro de 2.022 que defere, sub judice, a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, nos processos de renovação SIPAR nº 25000.100966/2.015-61 relativo ao triênio de 2.016 a 2.018, no SIPAR nº 25000.127908/2.018-28 relativo ao triênio de 2.019 a 2.021 e no SIPAR nº 25000.100840/2.021-35 relativo ao triênio de 2.022 a 2.024. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

**(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 20 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **27. Renúncia Fiscal:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudoeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, é uma organização social de saúde, que não efetuou nenhuma distribuição de parcela de seu patrimônio ou renda, a qualquer título, aplicando seus recursos integralmente em suas finalidades estatutárias, no país. Por conseguinte, cumpre os requisitos legais para o não pagamento/recolhimento de impostos e contribuições assim discriminados: Esfera Federal - Na esfera federal o benefício constitucional da imunidade e isenções legais asseguram à Pró-Saúde o não pagamento/recolhimento dos seguintes impostos/contribuições: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações de renda fixa e variável, Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição ao PIS e Contribuição Previdenciária Patronal (INSS) sobre a folha de pagamento em razão do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social e Hospitalar. Esfera Estadual - O benefício constitucional da imunidade assegura o não pagamento/recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), através de requerimentos específicos. Esfera Municipal - O benefício constitucional de isenção assegura o não pagamento / recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) à Prefeitura de Marabá, através de requerimentos específicos. Em atendimento a ITG 2.002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.409/12, o valor da renúncia fiscal que a entidade obteve no exercício de sua atividade, como se a obrigação devida fosse, está apresentado abaixo:

Descrição	2.022	2.021
Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.471.836)	(2.692.049)
Contribuição patronal ao INSS	(6.706.920)	(6.973.424)
Contribuição ao PIS	(241.257)	(250.842)
Imposto sobre serviços (ISS)	(3.599.002)	(4.204.160)
<b>Total</b>	<b>(13.019.015)</b>	<b>(14.120.475)</b>

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **28. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

dência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Ênfase - Encerramento do contrato de gestão:** Conforme mencionado na nota explicativa 1b, o 20º Termo de Aditivo ao contrato de gestão menciona a prorrogação da vigência contratual pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, iniciando em 17 de setembro de 2.022 e finalizando em 15 de março de 2.023, também ocorrendo em 7 de março de 2023, a assinatura e publicação no Diário Oficial, o 21º Termo de Aditivo, do respectivo contrato de gestão, o presente instrumento tem por objeto a prorrogação da vigência contratual pelo prazo de até 30 (trinta) dias, iniciando em 16 de março de 2023 e finalizando em 14 de abril de 2.023. **Ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S":** Conforme descrito na nota explicativa nº 3, encontram-se em andamento investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal no estado do Rio de Janeiro ("MPF"), no contexto da chamada operação "S.O.S.", não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade

continua

continuação) continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ● Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. ● Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. ● Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ● Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. ● Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Marabá, 23 de março de 2023.

**LM Auditores Associados Ltda.** - CRC 2SP018.611/O-8  
**Maurício Diácoli** - CRC 1SP129.562/O-5

**Protocolo: 922410**

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 002/2023**

A Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, homologa o resultado do julgamento e adjudica a Licitação: Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº 002/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ. Empresa Vencedora: OSVALDO C. COSTA, CNPJ sob nº: 03.131.403/0001-68- Total do Vencedor: R\$ 195.545,70. Data da Homologação: 27/03/2023. CLAUDIA MARIA CARNEIRO DA MOTA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARÁ

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2023**

Ata de registro de Preço nº 002/2023. Pregão Eletrônico SRP nº 002/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ. Assinatura: 28/03/2023. Vigência 12 (doze) meses. Vencedor: OSVALDO C. COSTA, CNPJ sob nº: 03.131.403/0001-68. Itens: 01 à 53 e 60. Valor Global R\$ 195.545,70. (Itens Fracassados: ,54,55,56,57,58 e 59). CLAUDIA MARIA CARNEIRO DA MOTA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARÁ

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **EXTRATO DE CONTRATOS**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 002/2023**

Origem: Ata de Registro de Preço nº 002/2023, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 002/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ. CONTRATO Nº 02/2023. Contratante: Câmara Municipal de Acará. Contratada: OSVALDO C. COSTA, CNPJ sob nº: 03.131.403/0001-68. Valor Global: R\$ 97.772,85. Vigência: 28/03/2023 à 31/12/2023.

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 003/2023**

A Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, homologa o resultado do julgamento e adjudica a Licitação: Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº 003/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO ACARÁ. Empresa Vencedora: VILHENA & FERREIRA LTDA, CNPJ: 40.224.907/0001-59- Total do Vencedor: R\$ 256.249,00. Data da Homologação: 29/03/2023. CLAUDIA MARIA CARNEIRO DA MOTA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARÁ.

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2023**

Ata de registro de Preço nº 003/2023. Pregão Eletrônico SRP nº 003/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICI-

PAL DO MUNICÍPIO DO ACARÁ. Assinatura: 30/03/2023. Vigência 12 (doze) meses. Vencedor: VILHENA & FERREIRA LTDA, CNPJ: 40.224.907/0001-59. Itens: 01 à 51. Valor Global R\$ 256.249,00. CLAUDIA MARIA CARNEIRO DA MOTA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARÁ

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **EXTRATO DE CONTRATOS**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2023**

Origem: Ata de Registro de Preço nº 002/2023, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 002/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO ACARÁ. CONTRATO Nº 03/2023. Contratante: Câmara Municipal de Acará. Contratada: VILHENA & FERREIRA LTDA, CNPJ: 40.224.907/0001-59. Valor Global: R\$ 128.124,5. Vigência: 30/03/2023 à 31/12/2023.

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP 004/2023**

A Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições, homologa o resultado do julgamento e adjudica a Licitação: Modalidade: Pregão Eletrônico SRP nº 004/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO ACARÁ. Empresa Vencedora: OLIVEIRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI, CNPJ: 11.801.678/0001-90- Total do Vencedor: R\$ 377.760,00. Data da Homologação: 27/03/2023. CLAUDIA MARIA CARNEIRO DA MOTA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARÁ.

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 04/2023**

Ata de registro de Preço nº 004/2023. Pregão Eletrônico SRP nº 004/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO ACARÁ. Assinatura: 28/03/2023. Vigência 12 (doze) meses. Vencedor: OLIVEIRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI, CNPJ: 11.801.678/0001-90. Itens: 01 à 02. Valor Global R\$ 377.760,00. CLAUDIA MARIA CARNEIRO DA MOTA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACARÁ

## **CÂMARA MUNICIPAL DO ACARÁ**

### **EXTRATO DE CONTRATOS**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 004/2023**

Origem: Ata de Registro de Preço nº 004/2023, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 004/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DO ACARÁ. CONTRATO Nº 04/2023. Contratante: Câmara Municipal de Acará. Contratada: OLIVEIRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL EIRELI, CNPJ: 11.801.678/0001-90. Valor Global: R\$ 188.880,00. Vigência: 28/03/2023 à 31/12/2023.